



José Cruz/Agência Senado

Ticiano, Cristovam, Fernando Benício, Custódio, Paim, Mário Lisboa e Josefina

Para defensores das cotas, sistema não prejudicará qualidade do ensino

Defensores da nova política de cotas para ingresso em universidades e escolas técnicas federais afirmaram, em debate na Comissão de

Direitos Humanos, que a reserva de vagas não fere a meritocracia, uma vez que os candidatos terão que obter nota mínima em seleção. **5**

Presidente da Petrobras fala hoje no Senado

Graça Foster vai detalhar o plano de negócios da companhia até 2016 em audiência pública das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura

O primeiro plano da gestão de Graça Foster à frente da Petrobras, com previsão de US\$ 236,5 bilhões em investimentos até 2016, será apresentado hoje aos senadores em reunião de duas comissões. Os parlamentares devem

questionar a presidente da estatal sobre eventuais reajustes nos preços dos combustíveis e sobre medidas para garantir a competitividade da companhia. Graça Foster também deverá falar sobre a decisão de reduzir metas para o período. **3**

Jonas Pereira/Agência Senado



Rolleberg (4º à dir.) questiona frequentes aumentos nos preços das passagens e taxas para remarcação de bilhetes

“Combustível encarece passagem aérea”

Segundo empresas aéreas, os custos com combustível e o ICMS sobre o querosene de aviação são a principal razão para

os aumentos, e problemas na infraestrutura de aeroportos impedem a expansão de linhas, sobretudo na região Norte. **6**

Seminário conjunto com UnB discute imaginário luso-afro-brasileiro 2



Jonas Pereira/Agência Senado

Evento foi aberto ontem com lançamento de livro na Biblioteca do Senado

Projeto inclui ética no currículo das escolas 7

Comissão de Direitos Humanos debate envelhecimento 4

Audiência pública analisa grandes reservas de água 6

Viajante de ônibus poderá levar bicicleta de graça 6

especial Cidadania

Saiba mais sobre o Cerrado, bioma que sofre com o fogo nos meses de seca

Em homenagem ao Dia do Cerrado, celebrado hoje, o Senado distribuiu sementes de caroba (árvore típica), promove exposição de fotos, lança livros e realiza audiência pública sobre problemas que castigam o bioma, como os incêndios. **8**



Bombeiros DF

Bombeiros combatem queimada em Brasília: em caso de incêndio, população deve se afastar do local e ligar 193

Regras para cuidadores de idosos devem ser votadas amanhã

Proposta está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais para análise em caráter terminativo. Também deve ser votado projeto que dá às mulheres com mamas mutiladas em decorrência de câncer o direito à plástica reparadora no mesmo momento da cirurgia oncológica. **4**

Lia de Paulo/Agência Senado



Embaixador Jerônimo Moscardo discursando na Biblioteca do Senado durante solenidade de abertura de seminário

Evento destaca imaginário de Portugal, África e Brasil

Seminário começou ontem na Biblioteca do Senado e prossegue hoje e amanhã, no campus da UnB. Na solenidade de abertura, foi lançado o livro *História Viva — Conceição do Mato Dentro*

O SENADO ABRIU ontem, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, o 1º Seminário sobre o Imaginário Luso-Afro-Brasileiro. O evento faz parte das comemorações dos 50 anos da Universidade de Brasília (UnB), que prosseguem até amanhã, com atividades no campus da instituição.

O objetivo dos eventos é levar ao público a tradição mítico-espiritual de Portugal, da África e do Brasil.

Para a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, “dividir um espaço da Casa com a UnB é uma honra”. Ela destacou que cerca de 1.500 pessoas passam pela Biblioteca do Senado por semana e acrescentou que o local propicia a realização de quase 70 mil pesquisas por ano. Doris também elogiou a temática do seminário.

— Falar de Portugal e Brasil é gratificante. Não há como separar esses países — afirmou.

O embaixador Jerônimo Moscardo — representando o

presidente do Senado, José Sarney — elogiou a aproximação do Brasil com países da África, iniciada na década de 1960. Moscardo também criticou a “atenção exclusiva” que o Brasil tem dado à Copa de 2014 e pediu mais investimentos em cultura. Ele destacou ainda a produção cultural e histórica de Portugal, “um país pequeno, mas de realizações planetárias”.

Lançamento

O lançamento do livro *História Viva — Conceição do Mato Dentro* marcou a abertura do seminário. Idealizado por Loryel Rocha e Luiz Cláudio de Oliveira, o livro traz em quase 400 páginas textos e fotos sobre a história da cidade mineira.

Loryel disse que “o livro é a realização de um sonho de quase duas décadas e fruto do trabalho de muitos amigos e parceiros”. Ele destacou, como marco importante do trabalho de produção do livro,

o reconhecimento da Serra do Espinhaço como Reserva da Biosfera, por parte da Unesco, em 2005. Um dos municípios integrantes da reserva é Conceição do Mato Dentro. Portanto, o trabalho resultou do reconhecimento pela Unesco, e não “no reconhecimento”, como foi publicado ontem no **Jornal do Senado**.

O escritor ainda agradeceu o apoio do ex-ministro da Cultura e ex-governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira na produção do livro. Morto em 2007, José Aparecido é natural de Conceição do Mato Dentro e foi o primeiro secretário de Cultura de Minas Gerais.

Maria Cecília de Oliveira, filha de José Aparecido, agradeceu e lembrou a capacidade do pai de fazer amigos e mobilizar pessoas em torno de sonhos e utopias. Ela destacou o ideal do pai, como diplomata, em fazer o Brasil “voltar o olhar” para a África.

Nota oficial

Em atenção à nota veiculada no *Correio Braziliense* de segunda-feira, 10 de setembro de 2012, “Supersalário no bolso”, esclarecemos os seguintes pontos:

1. Não é verdadeira a afirmação da notícia de que os dados a respeito dos salários dos servidores do Senado “não estão totalmente ao alcance do contribuinte”. Desde o mês de julho de 2012, o Senado Federal divulga a remuneração dos servidores em conformidade com a Lei de Acesso à Informação e o Ato do Primeiro-Secretário 10/12. Desta forma, todas as informações a respeito da remuneração dos servidores estão à disposição da sociedade brasileira no site do Senado, seja em formato de texto ou tabela em dados abertos, que permite a livre realização de pesquisas e cálculos.

2. Para garantir a transparência, na divulgação, pela internet, da remuneração dos servidores constam todas as rubricas de pagamento do Senado Federal:

I) estrutura remuneratória básica, compreendendo o vencimento básico, gratificação de atividade legislativa, gratificação de representação, gratificação de desempenho e o abono de que trata a Lei 10.698, de 2 de julho de 2003, II) vantagens pessoais: adicional por tempo de serviço, adicional de especialização e vantagem pessoal nominalmente identificada, III) vantagens eventuais: função comissionada, inclusive em substituição, gratificação natalina, adicional de férias, instrutoria (gratificação por encargo de curso ou concurso), horas extras, adicional de insalubridade e adicional noturno, IV) vantagens indenizatórias e compensatórias: auxílios transporte, alimentação, moradia, natalidade, pré-escolar, ressarcimentos e diárias e, V) abono de permanência.

3. Nenhum servidor do Senado Federal recebe vencimentos acima do teto remuneratório constitucional. Em alguns

casos, para cumprir a legislação, o Senado Federal aplica o índice redutor de salários. Com esse mecanismo, é possível garantir a lisura da estrutura de vencimentos e o respeito do Senado Federal à legislação específica sobre a remuneração dos servidores públicos.

4. A respeito do alegado “supersalário” de parte dos servidores do Senado, é preciso esclarecer que todos os pagamentos efetuados aos servidores do Senado se encontram em situação regular e estão abaixo do teto remuneratório. Atualmente, o quadro de servidores efetivos é constituído majoritariamente de servidores posicionados no final de carreira. Muitos deles com vantagens legais incorporadas à sua remuneração, tais como adicional por tempo de serviço, gratificações incorporadas (quintos/décimos), vantagens pessoais, etc., que refletem na folha de pagamento.

Diretoria-Geral do Senado Federal

Valor de causas em juizado especial pode ir a 60 salários

O valor das causas em juizados especiais cíveis estaduais poderá aumentar de 40 (R\$ 24.880) para 60 (R\$ 37.320) salários mínimos. A equiparação com o limite das ações dos juizados especiais federais está no projeto de lei (PLS 50/12) de Lobão Filho (PMDB-MA) que pode receber votação final amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta também modifica o Código de Defesa do

Consumidor para proibir apelação a instâncias superiores em ações individuais sobre relações de consumo inferiores a 60 salários mínimos.

A CCJ deve analisar também proposta de emenda à Constituição (PEC 1/12) de Paulo Bauer (PSDB-SC) que alivia a carga tributária sobre produto material reciclado ou reaproveitado. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), sugere manter a taxaço pelo Imposto de Importação.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Brasil Carinhoso

14h Na pauta de votações do esforço concentrado, o PLV 16/12, que cria o Programa Brasil Carinhoso, com investimentos em educação e novas regras para o Minha Casa, Minha Vida.

PRESIDÊNCIA: Redução do custo de energia

11h O presidente José Sarney participa, no Palácio do Planalto, da cerimônia de anúncio de redução do preço de energia. Às 16h, preside a ordem do dia.

CDH: Envelhecimento

9h Para debater os desafios do envelhecimento no Brasil, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convidou a ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, e a secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para Mulheres, Vera Soares. Também foram convidados a presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Cristina Giacomini; a diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, embaixadora Gláucia Gauch; o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge Abrahão de Castro; e o professor Vicente Faleiros.

CE: Crime hediondo

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa projeto que inclui no rol dos crimes hediondos o desvio de verbas destinadas a programas de educação e saúde. Outro projeto propõe a isenção de Imposto de Renda sobre parcela dos rendimentos de pós-graduados que acumulem cargos de professor. O projeto inclui ainda como possíveis beneficiários da medida os professores aposentados e pensionistas pós-graduados.

CMA: Agências reguladoras

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa projeto que submete as agências reguladoras à auditoria anual de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial por parte do Tribunal de Contas da União (TCU). Outra proposta aprimora o direito à informação sobre as condições de fruição dos serviços pré-pagos. Outro projeto determina que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

CAE/CI: Petrobras

14h Apresentação dos planos da Petrobras para os próximos anos e exposição sobre o Plano de Negócios 2012–2016, pela presidente da empresa, Graça Foster.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: Plano de trabalho

14h30 Apresentação do plano de trabalho da comissão temporária criada com a finalidade de examinar os projetos de lei do Senado (PLSs 281, 282 e 283, de 2012) que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

COMISSÃO MISTA/MP: Dedução de IR

15h Instalação da comissão mista que examinará a MP 578/12, além de emitir parecer sobre ela. A MP permite a apuração e a dedução no Imposto de Renda da depreciação acelerada dos veículos usados para transporte de mercadorias, de vagões e de locomotivas novos. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

EXPOSIÇÃO/LANÇAMENTO: Cerrado

18h30 Abertura da exposição *Cerrado Vivo* e o lançamento dos livros *Arborização Urbana no Distrito Federal: história e espécies do Cerrado e Vida: uma poesia ao Cerrado*. Os eventos são de iniciativa da Comissão do Meio Ambiente (CMA).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Senador diz que medida incentiva produção e garante empregos

Anibal Diniz elogia redução das tarifas de energia

Anibal Diniz (PT-AC) parabenizou ontem a presidente Dilma Rousseff pela redução da tarifa de energia elétrica, anunciada dia 6. Ano que vem, segundo o governo, haverá redução média de 16,2% na tarifa residencial e de 28% para o setor produtivo e industrial.

— O governo está agindo de maneira correta ao priorizar a redução de taxas, tarifas e impostos, a redução de juros para fortalecer a indústria nacional, fortalecer o setor produtivo, facilitar o acesso ao crédito para o pequeno produtor e, ao mesmo tempo, contribuir para a manutenção dos empregos gerados no Brasil e contribuir para a geração de milhares de novos empregos em todos os estados brasileiros — disse o senador.

Anibal explicou que as medidas a serem detalhadas hoje no Palácio do Planalto são positivas para a indústria e para o comércio. Segundo ele, energia elétrica mais barata possibilita redução do preço final para o consumidor e redução dos preços para exportação, incentivando a produção e evitando milhões de demissões.

Para o senador, o país caminha para o aprimoramento de sua política econômica, com enfrentamento à barreira dos altos impostos, fortalecimento do setor de logística e transporte e redução constante dos juros.

Anibal disse que desde o governo Lula (2003–2010) há investimentos para garantir energia elétrica a toda a população. Só no Acre, seu estado, 41 mil famílias tiveram acesso ao Programa Luz para Todos, inclusive comunidades isoladas da Amazônia. A expectativa é que mais 5 mil famílias sejam beneficiadas até 2013.

Graça Foster participa de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura

Presidente da Petrobras detalha hoje Plano de Negócios 2012–2016

A PRESIDENTE DA Petrobras, Graça Foster, apresenta hoje o Plano de Negócios 2012–2016 em audiência pública das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI), marcada para as 14h.

O primeiro plano da gestão de Graça Foster, aprovado em junho pelo conselho de administração da estatal, prevê investimentos de US\$ 236,5 bilhões. O debate foi proposto pelos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e José Pimentel (PT-CE).

Graça Foster deve explicar aos parlamentares a decisão da direção da empresa de reduzir metas para o período. Conforme Ricardo Ferraço, a presidente da estatal, no



Graça Foster deverá falar também sobre reajuste do preço de combustíveis

anúncio do plano, justificou o ajuste apontando descumprimento de metas fixadas em anos anteriores e a necessidade de firmar compromissos mais realistas.

“Segundo a presidente, as antigas projeções contavam com a sorte para serem atingidas. Havia falta de

planejamento, uma vez que a companhia adquiria antecipadamente equipamentos de projetos que ainda não estavam aprovados em sua totalidade”, argumentou Ferraço ao requerer o encontro.

Os senadores também devem questioná-la sobre as previsões de reajuste no preço

dos combustíveis e sobre as medidas para assegurar a competitividade da empresa.

O plano de negócios até 2016 também colocou em avaliação 147 projetos de exploração e de produção, de um total de 980.

“Nenhum projeto foi retirado, não teve corte”, assegurou Graça, ao anunciar o plano. “Não é avaliar se vai fazer ou não. Isso não se discute. A gente vai fazer, sim. As refinarias são essenciais, mas eu preciso saber quanto custam e quanto eu já fiz”, enfatizou.

Pela primeira vez com mais recursos que o pós-sal, o pré-sal tem destaque na estratégia da Petrobras. A empresa receberá 49% (US\$ 43,7 bilhões) do total previsto para investimentos na área de produção (US\$ 89,9 bilhões).

Cristovam Buarque critica prioridades do governo do DF

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou em Plenário as prioridades do governo do Distrito Federal (GDF), citando como exemplo a primeira página do *Jornal de Brasília* de ontem, com manchete sobre recentes mortes no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) e uma grande foto das obras do Estádio Mané Garrincha.

O senador afirmou que o governador de Brasília, Agnelo Queiroz, visitou o estádio, mas ainda não foi ao Caje, instituição que abriga menores infratores na capital do país. Segundo a polícia, há um pacto entre os menores internados para que um seja assassinado a cada semana, como forma de chamar a atenção para a superlotação do lugar.

— Este é o quadro das prioridades no Distrito Federal e não acredito que seja diferente do resto do país — afirmou, acrescentando que visitaria o Caje ainda ontem.

Cristovam comunicou ao Plenário ter apresentado requerimento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)



Cristovam: GDF prioriza estádio em uma cidade sem tradição no futebol

para realizar uma audiência pública sobre o assunto, com a presença do governador do Distrito Federal; do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; e de um representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

O parlamentar afirmou que o governo local desconsiderou as recomendações da Justiça para o fechamento da instituição e a transferência dos menores para outros alojamentos. Cristovam lembrou que, ao mesmo tempo, o GDF destinou R\$ 1,2 bilhão para o novo estádio, “em uma cidade que não tem tradição alguma no futebol”.

Requião questiona projeto que privatiza presídios

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) questionou ontem projeto de lei do senador Vicentinho Alves (PR-TO), que estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.

Na justificativa da proposta (PLS 513/11), Vicentinho afirma que o projeto não trata de privatização do sistema prisional, mas sim de terceirização ou cogestão. Entretanto, Requião acredita que os termos terceirização e cogestão são apenas eufemismos.

O senador pelo Paraná afirmou que a privatização de prisões não deu certo em seu estado e mencionou artigo do economista norte-americano Paul Krugman sobre a experiência no sistema penitenciário de Nova Jersey. O economista, disse Requião, concluiu que a privatização não gera economia para os cofres públicos.

— Decorrido certo tempo das privatizações dos presídios, o Ministério de Justiça dos Estados Unidos foi a campo, para ver como iam as coisas. Primeira constatação:



Senador afirma que privatização tira responsabilidades do Estado

a tal economia de custos não se concretizou. Era pura balela — contou.

Requião leu parte do relatório do ministério, citado por Krugman, que afirma que “os operadores privados de penitenciárias só conseguem economizar dinheiro por meio de reduções nos quadros de funcionários, nos benefícios conferidos aos trabalhadores e em outros custos trabalhistas”.

O senador classificou o sistema penitenciário atual como desumano e precário. Entretanto, Requião se diz contra a privatização por acreditar que, com isso, retiram-se responsabilidades do Estado em vez de pressioná-lo para desempenhar melhor as funções.

Tombini fala sobre política monetária

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, às 11h, para falar sobre as diretrizes e perspectivas da política monetária. A reunião

ocorre no momento em que o mercado financeiro mais uma vez prevê crescimento menor e inflação em alta para este ano.

A estimativa de crescimento para o produto interno bruto (PIB) do ano caiu pela sexta

semana consecutiva, desta vez de 1,64% para 1,62% na semana passada. Os números são da pesquisa Focus, divulgada ontem pelo BC. Há quatro semanas, os analistas estimavam para o ano um crescimento de 1,81%. Para

2013, a previsão de 4% se manteve pela quinta semana. Já a projeção de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2012, antes estimada em 5,20%, subiu na semana passada para 5,24%.

Regulamentação para cuidador de idoso deve ser votada amanhã

Projeto de Waldemir Moka será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) vota amanhã substitutivo da senadora Marta Suplicy (PT-SP) a projeto de lei que regulamenta a profissão de cuidador de pessoa idosa. A proposta, do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), será votada em decisão terminativa — não precisa passar pelo Plenário.

De acordo com o projeto (PLS 284/11), o cuidador de idosos é o profissional que desempenha funções de acompanhamento e assistência exclusivamente a essas pessoas. Poderão exercer a profissão pessoas com mais de 18 anos que tenham concluído o ensino fundamental e curso de qualificação específico, conferido por instituição de ensino reconhecida por órgão público de educação.

Pessoas que, à época de entrada em vigor da nova lei, exerçam a função há pelo menos dois anos serão dispensadas da exigência de conclusão do curso.

As funções do cuidador incluem auxílio na realização de rotinas de higiene e de alimentação; cuidados preventivos de saúde; auxílio na mobilidade; e apoio emocional e para convivência social da pessoa idosa.

Na justificativa do projeto, Moka diz que o envelhecimento da população brasileira gera demanda cada vez maior pelo trabalho do cuidador.

“Mantidas as atuais tendências demográficas, em 2050 o Brasil contará com 63 milhões de idosos ou 172 idosos para cada 100 jovens”, observa.

Ao concordar com o autor, a relatora, Marta Suplicy, informa que existem hoje no Brasil mais de 200 mil cuidadores de idosos. Desse total, apenas 10 mil têm carteira assinada, o que revela, disse Marta, a necessidade de uma lei para regulamentar a profissão.

Plástica de mama

Outro projeto em votação terminativa na comissão é o que dá às mulheres com mamas mutiladas em decorrência de tratamento de câncer o direito a cirurgia plástica reparadora no mesmo momento da intervenção cirúrgica oncológica.

De acordo com a proposta (PLS 43/12), da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a cirurgia reparadora será feita nas duas mamas, garantindo simetria e reconstrução de aréolas e mamilos. A plástica somente não será realizada se houver contraindicação médica ou recusa da paciente.

Cuidadores têm aula prática em asilo de Jundiaí (SP): segundo o autor do projeto, mantidas as tendências atuais, Brasil terá, em 2050, 172 idosos para cada grupo de 100 jovens

Moka diz que envelhecimento da população gera demanda maior por profissionais



Genaldio Magela/Agência Senado



Murilo Borralho/Prefeitura de Jundiaí

Projeto obriga lojas on-line a divulgar contato

A Comissão de Ciência e Tecnologia pode votar amanhã projeto que obriga sites de comércio na internet a divulgarem amplamente e de maneira clara informações para contato.

O projeto (PLC 106/11) acrescenta um artigo ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Tornam-se obrigatórios os números de inscrição estadual e do CNPJ, os endereços postal e eletrônico, os telefones para atendimento pessoal e outros canais de relacionamento. Os mesmos dados, e mais o endereço do site, também terão de aparecer nas notas fiscais.

O relator do projeto, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), retirou dispositivos que criavam normas para atendimento telefônico e via correio eletrônico. Ele explicou que o Decreto 6.523/08 já fixou normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) por telefone, e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça já publicou diretrizes para as relações de consumo no comércio eletrônico. Caso aprovado na CCT, o projeto irá para votação final na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Também pode ser votado o requerimento de Walter Pinheiro (PT-BA) para audiência sobre a Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais, que será realizada de 3 a 14 de dezembro. O senador sugere que sejam convidados o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, João Batista de Rezende; e o vice-diretor de Radiodifusão da União Internacional de Telecomunicações, Eduardo Levy.

Ainda na pauta da CCT estão 52 projetos de decreto legislativo que autorizam serviços de radiodifusão em cidades do Paraná, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Acre, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Mato Grosso e Ceará.



Genaldio Magela/Agência Senado

Relator, Vital apresenta emenda ao projeto que surgiu na Câmara

Paim cobra Estatuto do Deficiente

Paulo Paim (PT-RS) voltou ontem a fazer um apelo aos deputados federais para que acelerem a apreciação de projeto de sua autoria que cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O senador disse que, por onde passa, tem sido questionado a respeito da aprovação da matéria — PLS 6/03, que tramita na Câmara como PL 7.699/06. Ele disse que as pessoas não entendem por que motivo os deputados não aprovam o projeto.

— Não podemos falar em direitos humanos sem incluir princípios como a acessibilidade, a inclusão, a liberdade, a independência e a valorização da diversidade humana — afirmou.

Paim recomendou a todos os brasileiros que assistam ao filme *Colegas*, de Marcelo Galvão, premiado como melhor longa-metragem brasileiro no Festival de Cinema de Gramado.

— É um filme interessantíssimo, que trata com carinho especial as pessoas com deficiência — disse, relatando a emoção do público e elogiando o diretor.

O senador lembrou que cada um dos diversos tipos de deficiência necessita de ações e instrumentos específicos de inclusão e acessibilidade. Ele comentou ainda os dados do Censo 2010 do IBGE, que identificou 45,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil.

Além disso, pontuou, o censo mostrou que apenas 18% dos prédios escolares da rede pública de ensino no país têm vias de acesso e banheiros adaptados.

O IBGE também constatou, segundo o parlamentar, que apenas 4,7% das ruas do país têm rampa de acesso para cadeirantes e nenhum dos municípios brasileiros conseguiu construir a benfeitoria em todas as vias.

— Acredito que, para chegarmos a ser uma sociedade mais humana, precisamos de uma mudança cultural e do cumprimento da legislação. As pessoas precisam mudar por dentro. Essa é uma questão de alma, de sentimento, de coração — disse.

Comissão debate hoje envelhecimento no país

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje os desafios decorrentes do envelhecimento da população brasileira. Para o presidente da CDH e idealizador da audiência pública, Paulo Paim (PT-RS), a defesa dos direitos dos idosos interessa a milhões de brasileiros.

Paim já citou, no Plenário, estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) segundo a qual, até 2025, o Brasil terá a sexta maior população idosa no mundo. Em junho, o senador disse que a nova realidade exige constante readequação das políticas públicas voltadas à defesa dos direitos dos idosos.

Os convidados são a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; a diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, Gláucia Gauch; a representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Vera Soares; a presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Giacomini; o pesquisador de envelhecimento Vicente Faleiros; e o diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Jorge de Castro. A audiência começa às 9h.

Para defensores, cotas não prejudicam ensino

Participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos lembram que continua exigência de nota mínima nas seleções para ingresso em universidades federais

DEFENSORES DAS COTAS para ingresso em universidades e escolas técnicas federais afirmaram ontem, na Comissão de Direitos Humanos, que a reserva de vagas não vai prejudicar a qualidade do ensino nem

ferir a meritocracia, uma vez que os candidatos terão que obter a nota mínima do concurso seletivo para conseguir acesso às instituições.

A reserva de cotas em universidades públicas voltou a ser debatida no Senado a

pedido de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão. Para os representantes de movimentos sociais que participaram da audiência, a recém-sancionada Lei 12.711/12 será um instrumento de justiça social e

combate ao racismo.

— A Lei de Cotas, sancionada no último dia 29 pela presidente Dilma Rousseff, deverá ampliar de 8.700 para 52 mil o número de estudantes negros que ingressam anualmente nas universi-

dades públicas federais. É a chance de o Brasil acabar com as sequelas de um passado racista — afirmou o ministro interino da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Mário Lisboa Theodoro.



Theodoro (D), ministro interino da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, diz na reunião coordenada por Paim (C) que a lei é a chance de o Brasil acabar com sequelas do passado racista

Paulo Paim cobra aprovação de lei contra o trabalho escravo

Na abertura da reunião, Paulo Paim reivindicou a aprovação rápida da proposta de emenda à Constituição de combate ao trabalho escravo.

A PEC 57/99 (classificada como PEC 438/01 na Câmara dos Deputados) permite a expropriação de imóveis rurais ou urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo. A proposta está sendo avaliada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

— Avançamos no Estatuto da Igualdade Racial e na política de cotas, mas a PEC não andou — lamentou Paim, que pediu ajuda dos colegas senadores para aprovação do texto.

Durante a audiência, Paim e Cristovam Buarque foram homenageados pelo Movimento dos Sem Universidade (MSU).

Cristovam quer atenção ao ensino médio

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs que, agora que o sistema de cotas em universidades públicas foi aprovado, os movimentos organizados de afrodescendentes lutem por uma nova bandeira, igualmente importante: alfabetizar 100% dos negros brasileiros e fazer com que todos terminem o ensino médio com a mesma

qualidade dos estudantes brancos e ricos.

— Temos que dar um salto adiante e lutar por educação igual para todos para que, futuramente, não sejam necessárias mais cotas. Negro é tão inteligente quanto branco, desde que tenha oportunidade de estudar — afirmou o senador, na audiência.

Cristovam avaliou que não será possível aumentar a proporção de negros no ensino superior sem a melhora da educação de base no país.

— Temos apenas 3,8% de negros nas universidades e não vamos conseguir aumentar muito porque são poucos que terminam o ensino médio — disse Cristovam.



Cristovam afirma que é preciso lutar por uma educação igual no ensino médio, para que cotas não sejam mais necessárias

Debatedores sugerem cotas no Programa Ciência sem Fronteiras

Para o coordenador da Educafro de Brasília, Fernando Benício dos Santos, a aprovação das cotas foi um avanço importante, mas é preciso ir além:

— Temos que nos preocupar agora com os que entram e não conseguem concluir o ensino superior. Das 100 mil bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, apenas 1% é destinado a negros — informou.

Diante da baixa participação de bolsistas negros no programa, Theodoro informou que a Seppir está conversando com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pelo projeto, para estabelecer um mínimo de 30%.

Instituições terão quatro anos para se adaptar ao novo sistema

Aprovada pelo Senado em 7 de agosto e sancionada pela presidente Dilma Rousseff 22 dias depois, a nova política de cotas para ingresso em

universidades e escolas técnicas federais valerá durante dez anos. As instituições de ensino terão quatro anos para implantar progressivamente

o novo sistema.

A lei determina que as instituições reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo

o ensino médio em escolas públicas. Dentro desses 50%, deverá haver distribuição entre negros, pardos e indígenas, proporcional à composição

da população em cada estado, tendo como base as estatísticas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Combustível encarece passagens, dizem aéreas

Segundo representantes de companhias, preço das viagens de avião no Brasil estaria muito mais alto se houvesse repasse dos reajustes aplicados ao querosene

OS CUSTOS COM combustível e o ICMS cobrado sobre o querosene de aviação são os principais responsáveis pelo aumento no preço das passagens, segundo representantes das empresas aéreas que ontem participaram de audiência pública no Senado. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), debateu as rotas e as tarifas cobradas nas regiões Norte e Nordeste.

O assessor de Relações Institucionais da GOL Linhas Aéreas, Alberto Fajerman, disse que o combustível usado pelas aeronaves representa quase 40% dos custos da companhia. Segundo o diretor de Relações Institucionais da Passaredo Linhas aéreas, Jorge Vianna, em setembro o valor do querosene de aviação subiu cerca de 7%.

— Se a gente fosse repassar todo mês esse aumento, as passagens estariam num patamar muito mais alto do que

estão hoje — ressaltou Fajerman.

Os debatedores também reclamaram da infraestrutura aeroportuária que impede a expansão de linhas, principalmente na região Norte: de aeroportos sem condições de pouso para aviões a jato até a falta de reabastecimento. O diretor de Relações Institucionais da Trip Linhas Aéreas, Vitor Rafael Rezende Celestino, descreveu as dificuldades de operação na Amazônia, como a necessidade das aeronaves carregarem o combustível de ida e volta, prejudicando a ocupação total do voo com passageiros.

— A infraestrutura está muito aquém do apetite empresarial de aumentar essa oferta — afirmou Celestino.

Multa na remarcação

Questionados pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sobre a variação do preço das passagens de um dia para o outro e multa por remarcação de bilhetes, os debatedores justificaram que

o regime de liberdade tarifária permite a diferenciação e até a customização do produto. Os passageiros podem optar por passagens programadas, compradas com antecedência por preço menor. Segundo o representante da Trip, no ano passado quase 10 milhões de pessoas voaram pela primeira vez por causa dessa flexibilidade.

A superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Danielle Crema, também ressaltou que agora uma importante parcela da população pode ter acesso aos serviços aéreos com o crescimento do mercado. E reforçou que o preço cobrado por quilômetro voado, o *yield*, no Norte e Nordeste é inferior ao preço pago por passageiros do Sul e Sudeste. Ela ainda assegurou a atuação da agência sobre eventuais abusos, com a distinção do que é distorção e do que é uma característica própria do transporte aéreo.

Governo elabora plano de incentivo para aviação regional

O ministro da Secretaria de Aviação Civil, Ricardo Chaves de Melo Rocha, disse que está sendo elaborado plano de incentivo para aviação regional com investimento em infraestrutura.

— A meta é atender de 150 a 200 cidades que têm potencial para receber voos regulares — disse.

Além de prometer encaminhar as sugestões da redução da tributação sobre combustível, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) chamou a atenção para a importância de integrar o país e preencher o vazio da malha aérea na Amazônia Legal.

— Para alguns cantos dessa região, aviação é utilidade pública — afirmou o senador.



Entre representantes de companhias aéreas e uma superintendente da Anac, Rollemberg (4º à dir.) coordena a audiência e questiona os aumentos de preços das passagens verificados de um dia para o outro

Transporte de bicicletas em ônibus interestaduais pode tornar-se gratuito

Gratuidade para bicicleta em transporte rodoviário interestadual e internacional pode receber votação final amanhã na Comissão de Infraestrutura.

O projeto (PLS 113/11) de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também prevê fim de cobrança para bagagens de até 30 quilos e até 300 decímetros cúbicos no bagageiro ou peso máximo de 5 quilos no porta-embulhos. A empresa pode cobrar adicional de até 0,5% pelo peso excedido e até 20% se ultrapassadas as dimensões determinadas.

Na mesma reunião, será votado o PLS 68/11, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que inclui os estados que integram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera (Repenec).

O Repenec dá incentivos para obras de infraestrutura no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural.

Grandes reservatórios são tema de debate na Subcomissão Permanente da Água

Os senadores da Subcomissão Permanente da Água, que funciona na Comissão de Meio Ambiente (CMA), discutirão em audiência pública marcada para amanhã a viabilidade dos grandes reservatórios de água e a importância deles diante das mudanças climáticas no mundo.

Foram convidados a participar do debate Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); Albert

Melo, diretor-geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica; e Altino Ventura Filho, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Em audiência pública no mês passado, a Subcomissão Permanente da Água debateu o Programa Cultivando Água Boa, projeto ambiental que a Itaipu Binacional desenvolve na bacia hidrográfica do Paraná.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Currículos escolares poderão ter disciplinas sobre ética e cidadania

Comissão de Educação vota hoje, em decisão terminativa, proposta de Sérgio Souza para os ensinos fundamental e médio

PROJETO QUE TORNA obrigatória a inclusão de duas disciplinas de ética nos currículos escolares está na pauta de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para votação em decisão terminativa.

A proposta (PLS 2/12), de Sérgio Souza (PMDB-PR), modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96 — LDB) incluindo Cidadania Moral e Ética como disciplina obrigatória para o ensino fundamental, e Ética Social e Política, para o ensino médio. O senador justificou o projeto lamentando a discrepância entre a boa colocação do Brasil no campo econômico e os elevados índices de corrupção e ineficiência da Justiça, situação que, em seu ponto de vista, pede política educacional voltada para a formação moral e ética das crianças brasileiras.

Em seu relatório, Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou a importância da matéria, considerando que “faz-se necessário que a escola oriente a formação do caráter dos nossos jovens,

fortalecendo a formação dada no núcleo familiar”.

Atletas olímpicos

A CE também votará requerimento de audiência pública destinada a ouvir os atletas brasileiros que receberam medalhas nos Jogos Olímpicos de 2012.

Segundo o autor do requerimento, João Capiberibe (PSB-AP), os atletas terão a oportunidade de expor a “receita do sucesso nas Olimpíadas, discutir as razões do mau desempenho do Brasil nas competições e oferecer sugestões para melhorar o desempenho do país na edição de 2016 dos Jogos”.



Projeto de Cidinho em pauta na CCJ utiliza número de eleitores como base de cálculo

Senador propõe limitar contratação de cabos eleitorais e voluntários

Cada candidato ao Palácio do Planalto nas próximas eleições poderá contratar, no máximo, 7 mil cabos eleitorais e contar com o apoio de até 14 mil voluntários, caso se torne lei projeto de Cidinho Santos (PR-MT) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Para campanha de governador, prefeito, senador, deputado federal, estadual e distrital, em estados e municípios com mais de cem mil eleitores, o autor propõe um teto de 2 mil cabos eleitorais e 4 mil voluntários. O número de contratações deverá ser equivalente a 0,05% do total de eleitores da circunscrição, respeitando-se o máximo de 2 mil contratações.

Candidatos que disputam a eleição em estados ou municípios que têm entre 50 mil e cem mil eleitores poderiam contratar até 50 cabos eleitorais. Em localidades com menos de 50 mil eleitores, o candidato seria autorizado a contratar até 25 pessoas.

Na justificativa do projeto (PLS 312/12), Cidinho ressalta que a sugestão visa coibir o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais. Com as regras propostas, ele quer impedir a contratação “de verdadeiros exércitos de cabos eleitorais, muitas vezes enganosamente chamados de voluntários, para diuturnamente, por meio de toda sorte de artifícios, procurar obter o voto do eleitor, muitas vezes utilizando falsas promessas”.

Para exemplificar o mecanismo proposto, o senador citou o caso de Cuiabá, que tem 400 mil eleitores. Nas eleições para prefeito, cada candidato poderia contratar no máximo 200 pessoas e ter o apoio de outros 400 voluntários.

Já para a capital paulista, com 8 milhões de eleitores, ou para o estado de São Paulo, com mais de 30 milhões de eleitores, valeria o teto de 2 mil auxiliares contratados por candidato, mais 4 mil voluntários. Para a Prefeitura de Porto Alegre, que tem em torno de 1 milhão de eleitores, cada candidato poderia contratar no máximo 500 cabos eleitorais.

Mozarildo teme uso da máquina pública para favorecer candidatos

A Justiça Eleitoral deve ficar atenta para evitar o uso da máquina pública em favor de alguns candidatos nas eleições municipais deste ano, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador defendeu que as eleições federais e estaduais passem a ser realizadas em momentos distintos.

Para Mozarildo, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores deveriam ser eleitos em um mesmo momento. Em outra oportunidade, seriam eleitos o presidente da República, os senadores e os deputados federais. Assim, na visão do senador, as influências de governo estadual e União seriam menores nas eleições municipais.

Mozarildo também disse que o juiz eleitoral deveria ser concursado e chamou a atenção para as peculiaridades do estado que representa, dizendo que 57% da área de Roraima pertencem à União, como reservas indígenas e ecológicas. Ele ressaltou ainda que o estado tem apenas 15 municípios, alguns deles com territórios maiores, em área, do que certos estados, e com muitos problemas.



Mozarildo defende que as eleições federais passem a ser realizadas separadas das estaduais



Souza: altos índices de corrupção apontam a necessidade de formação moral e ética das crianças

Ana Amélia critica motoristas imprudentes e problemas nas estradas

Ana Amélia (PP-RS) demonstrou preocupação com o grande número de mortes em acidentes nas rodovias brasileiras durante o feriado do Sete de Setembro. Entre as principais causas para o problema, de acordo com a senadora, estão imprudência, falta de sinalização, ausência de acostamentos e baixa qualidade das rodovias.

— Basta verificarmos o número de acidentes com mortes nas estradas brasileiras para constatar o quanto a nossa infraestrutura, especialmente das estradas federais, ainda é deficitária — afirmou.

Ela citou dados parciais da Polícia Rodoviária Federal que apontam 66 mortes nas estradas da região Sul, somente no feriado prolongado. Segundo Ana Amélia, foram 24 mortes no Paraná, 25 em Santa Catarina e 17 no Rio Grande do Sul, número que pode aumentar com o levantamento completo, que deve ser divulgado ainda nesta tarde.

Ela disse, ainda, que a falta de infraestrutura nas estradas provoca problemas como engarrafamentos, gerando entraves ao desenvolvimento do país.



Ana Amélia destaca grande número de mortes no feriado e aponta baixa qualidade das rodovias

Para Alvaro, Dilma utiliza cadeia nacional de rádio e TV de forma indevida

O pronunciamento da presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional de rádio e TV, feito na semana passada, em alusão ao Sete de Setembro, foi “vazio, marcado pela insinceridade, pelo ufanismo, por ataques à gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pela falta de novidade e cheio de novas promessas”, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR). O objetivo da fala de Dilma, segundo o senador, foi “prestar socorro eleitoral ao PT, que tem encontrado dificuldades para eleger seus candidatos nas eleições municipais de outubro, sobretudo na região Nordeste e em capitais do centro-sul do país.

— O uso indevido da máquina pública, além de deplorável e condenável em termos éticos, é passível de punição legal. Dilma Rousseff aderiu sem pudor e sem qualquer escrúpulo à estratégia do presidente da Venezuela, Hugo Chávez — afirmou.

Alvaro disse que a estratégia de usar cadeia nacional de rádio e TV para impor visão política e atacar opositores tem sido utilizada pelo presidente do Equador, Rafael Correa, e pela presidente da Argentina, Cristina Kirchner.



Alvaro: “Dilma usou como cabo eleitoral do PT espaço que só lhe cabia como presidente do país”

Fogo ameaça biodiversidade do Cerrado

Savana brasileira, que abriga 5% das espécies animais e vegetais do mundo, sofre todo ano com incêndios acidentais e intencionais

Ricardo Westin

QUANDO CHEGA ESTA época do ano, as queimadas se espalham pelo centro do Brasil. Praticamente não há chuva nessa região durante o inverno. Por causa do ar extremamente seco, as árvores, os arbustos e os gramados do Cerrado desidratam e, torrados, tornam-se combustível para as chamas.

Em Brasília, no coração do Cerrado, não chove há 86 dias. O recorde é de 1963, quando foram 164 os dias de estiagem, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

No mês passado, os bombeiros do Distrito Federal tiveram que lutar contra 1.500 focos de incêndio, em áreas rurais e urbanas. E foram mais de 500 apenas nos primeiros nove dias deste mês. Houve dias em que Brasília ficou envolta por uma névoa de fumaça asfixiante.

Em graus diferentes, a situação se repete em outros pontos do Cerrado, desde o Maranhão até o Paraná.

Balde e mangueira

Diante de um incêndio, a reação mais acertada é acionar imediatamente os bombeiros, pelo telefone 193.

Quando o fogo se espalha, as pessoas não devem tentar apagá-lo sozinhas. O risco é grande. Além de não conseguirem extingui-lo, correm o risco de inalarem fumaça e de se queimarem seriamente. Balde, mangueira e extintor só funcionam quando o fogo ainda é pequeno e concentrado. O arsenal dos bombeiros, extenso, inclui aviões e helicópteros.

Se há casas nas proximidades de um incêndio, outra medida importante é fazer os moradores abandoná-las o quanto antes, mesmo que o fogo avance em outra direção.

— O vento pode mudar o caminho das chamas de repente e levá-las com rapidez até as casas, deixando as pessoas sem chance de escapar. Seria trágico — diz o tenente-coronel Mauro Sérgio de Oliveira, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Na região do Cerrado, o clima seco é absolutamente natural no meio do ano. O que não é natural é o fogo. Os incêndios são sempre ação humana.

Há criadores de gado e agricultores que incendeiam a terra para renovar as áreas de pastagem e plantação. Há pessoas que queimam lixo nos fundos de casa. Há moradores de rua

Marcello Casati Jr./Abr



Bombeiros enfrentam incêndio em área de Cerrado nos arredores de Brasília: o tempo seco, as altas temperaturas e o vento forte espalham as queimadas

que fazem fogueira em terreno baldio. Não é raro que o fogo saia do controle. E há, ainda, aqueles que atiram o cigarro aceso pela janela do carro.

As consequências são ruins para o meio ambiente. O Cerrado é a segunda maior paisagem (ou bioma, como se diz no jargão acadêmico) do Brasil, atrás da Amazônia, e abriga uma variedade formidável de plantas e animais — 5% da biodiversidade mundial.

A fauna tem 320 mil espécies, incluindo o lobo-guará, o tamanduá-bandeira e a onça-pintada. A flora conta 12 mil espécies, como o pequizeiro, o jatobá e o buriti. Todas estão perfeitamente adaptadas aos verões chuvosos e aos invernos secos da região — mas não aos incêndios.

Segundo o biólogo Felipe Ribeiro, da Embrapa Cerrados, é errônea a ideia de que, após o fogo, o Cerrado consegue se recuperar integralmente:

— Quando a vida volta a se estabelecer depois do incêndio, apenas as espécies que resistiram ao fogo passam a ocupar e a dominar aquela terra. As plantas e os animais que não resistiram não conseguem voltar. A biodiversidade sofre um abalo drástico. Os danos das queimadas são irreversíveis.

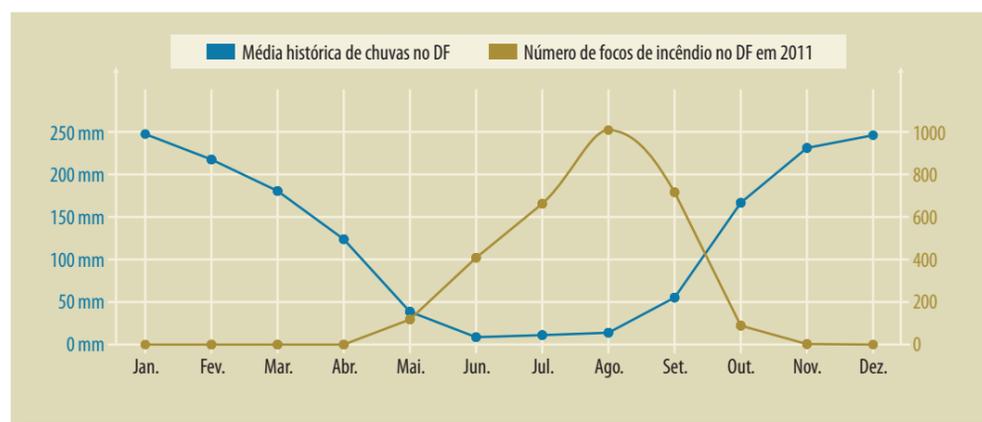
Saiba mais

O Ministério do Meio Ambiente explica o Cerrado
www.mma.gov.br/biomas/cerrado

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em
www.senado.gov.br/jornal

Inverno de poucas chuvas e muitos incêndios

O Distrito Federal se localiza no coração do Cerrado. Todo ano, entre os meses de maio e setembro, as chuvas na região se tornam escassas e a vegetação ressecada serve de alimento para o fogo



Fonte: Inmet

Senado exhibe fotos do bioma e dá sementes

O Senado aproveita que hoje se comemora o Dia Nacional do Cerrado para realizar nos próximos dias uma série de atividades sobre o bioma.

De hoje até sexta-feira, todas as pessoas que participarem das visitas guiadas pelo Congresso Nacional ganharão sementes de caroba (ou jacarandá-boca-de-sapo), uma árvore que produz flores roxas, chega a ter 10 metros de altura e é típica do Cerrado.

O presente aos visitantes é resultado de uma parceria entre o Senado Verde e o Clube da Semente do Brasil.

Hoje, às 18h30, será aberta na Biblioteca do Senado a exposição *Cerrado Vivo*, com fotografias das mais belas flores, árvores e animais da região. As imagens foram feitas por funcionários da Embrapa (empresa pública de pesquisas científicas ligada ao Ministério da Agricultura).

A exposição poderá ser

A área do Cerrado



visitada, gratuitamente, até o dia 28.

Livros

Logo após a abertura da exposição de fotos, serão lançados os livros *Vida: uma Poesia ao Cerrado*, com poemas de Cora Coralina e Reynaldo Jardim, e *Arborização Urbana no Distrito Federal: história e espécies do Cerrado*, elaborado pela Novacap (empresa pública que cuida da urbanização da capital federal). Os dois livros

foram impressos pela Gráfica do Senado.

A exposição de fotografias e o lançamento dos livros foram organizados pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que é presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Na quinta-feira, às 15h30, a CMA realizará uma audiência pública sobre o Cerrado. Serão discutidas formas de proteger o bioma, que é ameaçado pelas queimadas e pela expansão desordenada da agropecuária.

Foram chamados para o debate, entre outros convidados, o presidente da Embrapa, Pedro Arraes, e o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Brandão Cavalcanti.

O Cerrado se espalha por quase um quarto do território brasileiro e abriga uma grande diversidade de plantas e animais.